



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2025

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, **FRANCO MARIA ALVES CABRAL**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade RG n.º 8.351.589-9 SSP/PR e inscrito no CPF/MF n. 057.831.629-30, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e outro lado a empresa **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.648.607/0001-94, com sede na Rua Nicolau Pampuch, 188 - Afonso Pena – São José Pinhais /PR, neste ato representado pelo Sr. **MARCELO LUBAS**, brasileiro, casado, empresário, residente domiciliado na Rua Nicolau Pampuch, , 188 – - Afonso Pena– São José dos Pinhais - PR inscrito no CPF n.º 610.572.319-91, portador da Cédula de Identidade Civil RG n.º 4.164.583-0 SSP/PR, denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si certo e ajustado a contratação de prestação do(s) serviço(s), cujo(s) objeto(s) encontra(m)-se mencionado(s) na Cláusula Primeira, tudo nos termos do Processo Licitatório nº 03/2025, Inexigibilidade nº 01/2025, é fundamentado no art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21 e pelas cláusulas e condições adiante enunciadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.

CLÁUSULA SEGUNDA - BASE LEGAL

O presente Contrato tem origem no Processo Licitatório nº **03/2025**, Inexigibilidade nº **01/2025**, é fundamentado no art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

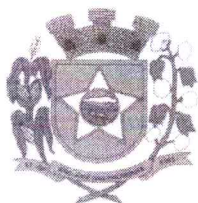
O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será R\$ 112.270,00 (cento e doze mil duzentos e setenta reais) até o término do contrato. A (s) fatura (s) deverá (ão) ser (em) protocolada (s) com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s), entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, subsequente, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. 6) Certidão de débitos Trabalhistas.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscal (is) deverá (ão) ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Paragrafo Quinto : Em virtude da IN nº 2145/23 da RFB, publicada no último dia 27 de junho, alterou a IN nº 1234/12 da RFB, bem como o Decreto Municipal nº 086/2023, a administração pública direta municipal, ao efetuar o pagamento a fornecedores, referente a qualquer mercadoria ou serviço contratado ou prestado, procederá a retenção do imposto de renda (IR) a partir de 01 de setembro de 2023.

Paragrafo Sexto: Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais elencados no capítulo III da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Paragrafo Sétimo: As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

I - O prazo de vigência do presente instrumento é de 12(doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

II - Os serviços deverão ser prestados pela CONTRATADA, em favor do Município de São José das Palmeiras, no prazo de até **03 (três) meses**, podendo ser prorrogado caso seja necessário.

III – A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a prévia justificativa da autoridade competente.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO –

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

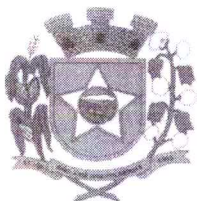
Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	840	04.002.04.123.0003.2024	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

- DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- * Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- * Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- * Comunicar ao Contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja reparado ou corrigido;
- * Comunicar ao Contratado sobre quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave, quando inerentes à execução dos serviços;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

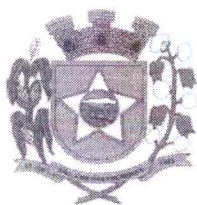


- * Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão/servidor especialmente designado;
- * Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação e seus anexos;
- * Permitir o livre acesso aos empregados do Contratado às dependências da Contratante para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto deste Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação;
- * Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto deste Termo de Referência de Inexigibilidade executado em desacordo com as especificações dispostas no mesmo;
- * Proporcionar as condições necessárias para o bom andamento da execução do objeto contratado;
- * Impedir que terceiros executem os serviços contratados;
- * Observar e cumprir todos os demais itens – anteriores e posteriores – deste Instrumento onde haja uma definição/descrição de uma necessidade, uma responsabilidade, uma exigência e/ou uma condição para o fornecimento dos bens objeto do presente processo licitatório que, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação, constituam obrigações à Contratante.
- * A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus Empregados, prepostos ou subordinados.

DA CONTRATADA

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Inexigibilidade de Licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- * Executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência de Inexigibilidade e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade e em caso de serviços com seu descritivo;
- * Executar os serviços por meio do profissional Engenheiro Florestal Marcelo Lubas, inscrito no CREA nº 23.078/D, responsável técnico da Empresa NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.
- * Executar diretamente o Contratado, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela Contratante;
- * Executar os serviços em observação e cumprimento de todas as normas e regulamentações ambientais e demais aplicáveis ao objeto do presente Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação.
- * Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- * Refazer, no prazo firmado entre as partes e exigido pela Contratante, os serviços que não atendam as especificações técnicas exigidas pelo Município;
- * Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Município, decorrentes de sua culpa ou dolo;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



- * Responsabilizar-se por danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados;
- * Responsabilizar-se integralmente quanto todas as despesas e obrigações fiscais e trabalhistas previstas em lei decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outros que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
- * Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência de Inexigibilidade, o objeto com avarias ou defeitos;
- * Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução;
- * Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis que antecede a data do término da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- * Comunicar por escrito à Contratante sobre qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos os quais julgar necessários;
- * Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- * Manter, durante toda a vigência contratual, seu endereço, seu número de telefone e seu endereço de correio eletrônico (e-mail) atualizados, comunicando, previamente à Contratante quaisquer alterações que venham a ocorrer nestes durante toda a execução do Contrato;
- * Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.
- * Observar e cumprir todos os demais itens – anteriores e posteriores – deste Instrumento onde haja uma definição/descrição de uma necessidade, uma responsabilidade, uma exigência e/ou uma condição para o fornecimento dos bens objeto do presente processo licitatório que, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, constituam obrigações ao Contratado.

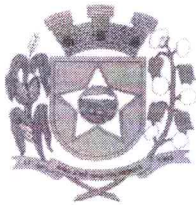
CLAUSULA SÉTIMA - DOS ACRESCIMOS E SUPRESSÕES

O CONTRATANTE se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação através de Aditivo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE, a seu critério, garantida a prévia defesa, aplicará à CONTRATADA as seguintes sanções, respeitando-se também o disposto no artigo 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

- a) Advertência;
- b) multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 05 (cinco) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- c) multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);
- d) multa de 20% (vinte por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



CLAUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Sra. Danubia Cassia da Silva Barnabe**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE, a seu critério, garantida a prévia defesa, aplicará à CONTRATADA as seguintes sanções, respeitando-se também o disposto no artigo 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

- e) Advertência;
- f) multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 05 (cinco) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- g) multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);
- h) multa de 20% (vinte por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO (Art.138 da Lei 14.133/21).

- a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
- b) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do Artigo 137.
- c) Arbitral ou Judicial, nos termos da Legislação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS PRIVILÉGIOS DO CONTRATANTE

A CONTRATADA reconhece que o CONTRATANTE compareceu neste negócio como agente de interesse público, motivo pelo qual admite que quaisquer dúvidas na interpretação deste Contrato sejam dirimidas em favor do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA é obrigada a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório que deu origem a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos de conformidade com a Lei



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santa Helena/PR, para a composição de qualquer lide resultante deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim, acordados e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas signatárias.

São José das Palmeiras, 22 de janeiro de 2025

FRANCO MARIA

ALVES

CABRAL:0578316293

0

Assinado de forma digital
por FRANCO MARIA ALVES
CABRAL:05783162930
Dados: 2025.01.22
13:31:55 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

(Franco Maria Alves Cabral)

CONTRATANTE

NATIVA BRASIL PESQUISA

TECNOLOGIA E

DESENVOLVIMEN:086486

07000194

Assinado de forma digital por

NATIVA BRASIL PESQUISA

TECNOLOGIA E

DESENVOLVIMEN:08648607000194

Dados: 2025.01.22 13:04:34 -03'00'

NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

(Marcelo Lubas)

CONTRATADA

Testemunhas: _____

Testemunhas: _____



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2025**

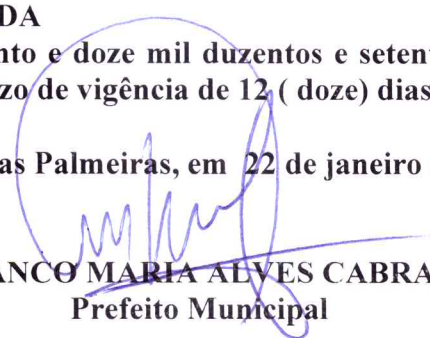
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para implantação dos indicadores ambientais REBAPP do Município de São José das Palmeiras e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do Município com o corredor Ecológico Santa Maria.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

CONTRATADO: NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

VALOR: R\$ 112.270,00 (cento e doze mil duzentos e setenta reais) até o término do contrato **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência de 12 (doze) dias.

São José das Palmeiras, em 22 de janeiro de 2025.


FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal